



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A União Europeia na crise do capitalismo global: a política de austeridade Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. A União Europeia na crise do capitalismo global: a política de austeridade. *In:* PASSOS, R. D. F.; FUCCILLE, A. **Visões do Sul:** crise e transformações do sistema internacional (volume I). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 179-198.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p179-198>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A UNIÃO EUROPEIA NA CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL: A POLÍTICA DE AUSTERIDADE

Francisco Luiz Corsi

1 INTRODUÇÃO

A União Europeia enfrenta severa crise desde o estouro da bolha imobiliária nos EUA em agosto de 2007. Crise que adquiriu contornos mais dramáticos um ano depois quando o banco Lehman Brothers quebrou e gerou uma onda de pânico que varreu a economia mundial. A crise europeia, que afeta em especial os países da zona do euro, só pode ser entendida no bojo dessa crise. É um de seus momentos (CHESNAIS, 2012). A crise não parece ainda ter sido superada, e como em outras crises estruturais do passado, é provável que a atual leve o capitalismo a se reestruturar. Os caminhos dessa reestruturação são ainda incertos e dependerão de uma série de determinações, mas sobretudo da encarniçada luta pela hegemonia mundial. Apesar de ter sofrido graves perdas, o capital financeiro manteve sua predominância no capitalismo global, resistiu as tentativas de uma maior regulação dos mercados e os movimentos sociais não lograram reverter as políticas que jogam nas costas do grosso da população o ônus da crise. O capital financeiro tem conseguido, em grande parte, conduzir as respostas a crise a partir de seus interesses. Este processo é bastante evidente na periferia da zona do euro. Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Irlanda adotaram duras políticas recessivas em plena crise, o que

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p179-198>

não tem se mostrado eficaz para debelá-la e a perspectiva futura parece ser um longo período de estagnação.

O epicentro da crise situa-se no núcleo do sistema¹. A ruptura da cadeia especulativa formada a partir dos títulos imobiliários norte-americanos trouxe à tona as fragilidades do sistema financeiro internacional. A drástica redução da liquidez no mercado mundial tem decorrência da crise financeira desdobrou-se e acentuada redução da acumulação de capital. A economia global enfrentou forte recessão em 2009. A crise não foi mais profunda em virtude do desempenho positivo das economias em desenvolvimento, embora elas também tenham desacelerado com a crise². Também foi fundamental a ampla ação do Estado na economia, evitando, provavelmente, uma depressão semelhante à da década de 1930³. Na Grande Depressão, o capital financeiro foi colocado de joelhos dada a magnitude da destruição do capital fictício, o que abriu espaço, depois da derrota do nazi fascismo, para a “reestruturação keynesiana” do capitalismo. Na crise

¹ Nos anos 1990, o sistema capitalista enfrentou uma série de crises em sua periferia, quais sejam: México em 1994, Asiática e, 1997, Russa em 1998, Brasil 1999 e Argentina 2000. Embora graves, estas crises não chegaram a abalar o capitalismo global, mas denotaram a intensificação da instabilidade sistêmica na fase de hegemonia do capital financeiro. Ver a respeito, entre outros, Chesnais (2005) e Harvey (2011).

² Os países desenvolvidos foram duramente atingidos pela crise. Cresceram apenas 0,5, em 2008, e sofreram forte retração de 3,2% do PIB, em 2009. Enquanto isso, os países em desenvolvimento cresceram 2,6%, em 2009, depois e terem crescido 6,1%, no ano anterior, e 7,4% em média na fase de expansiva 2003-2007, o que indica que estes países não ficaram imunes à crise mundial. Cabe destacar o crescimento da China. Esse desempenho dos países em desenvolvimento impediu uma crise de grandes proporções. A momentânea e vacilante recuperação a partir de 2010 também dependeu do desempenho dos países em desenvolvimento, em particular da Ásia, que cresceram 9,5%. O bom desempenho desses países, sobretudo o da China, contribuiu por meio de sua elevada demanda por matérias primas para estimular outras economias periféricas, como as da América Latina (FMI, 2012, p. 2).

³ Estimam-se os desembolsos com resgates de bancos, planos de investimentos, estímulos fiscais, estímulos ao consumo, investimentos em obras públicas etc. pelas principais economias do mundo em 11 trilhões de dólares do início da crise até março de 2009. O plano norte-americano, anunciado ainda no governo Bush, previa dispêndios da ordem de 860 bilhões em estímulos para a economia e socorro aos bancos. Para União Europeia estimam-se que os dispêndios alcançaram cerca de 260 bilhões de dólares no enfrentamento imediato da crise (BLACKBURN, 2008; DOWBOR, 2009). Paralelamente a essas medidas, o Federal Reserve (FED), em um contexto de baixa inflação, injetou enormes quantidades de moeda na economia com o objetivo de animá-la e desvalorizar o dólar, contribuindo assim para melhorar as contas externas norte-americanas e desvalorizar os passivos em dólares. O Banco Central Europeu resistiu, inicialmente, a essa política, só com o agravamento da situação passou a agir de forma mais ampla. Os efeitos dessas medidas foram pouco significativos em termos de reanimar a economia, o que denota a profundidade dos problemas do capitalismo e a insuficiência dessa política em uma economia globalizada, onde o capital desloca-se com facilidade para regiões que apresentem maior rentabilidade. Os países em desenvolvimento também adotaram políticas econômicas anticíclicas. Cabendo destaque para a China. A manutenção de elevados níveis de crescimento econômico neste país foi fundamental para amenizar a crise econômica mundial. O governo chinês implantou um programa de incentivo ao consumo e aos investimentos, voltado para o mercado interno, orçado em 585 bilhões de dólares. Os governos latino-americanos também adotaram uma série de medidas para enfrentar os impactos da crise mundial.

atual, o capital financeiro, não obstante amargar perdas significativas, não foi desarticulado e muito menos sofreu uma redução de seu poder político e ideológico, graças, em grande medida, ao socorro estatal. Governos liberais flexibilizaram suas políticas e intervieram na economia com o objetivo de evitar o colapso da banca, mas sem impor controles sobre o capital financeiro e deixando incólumes os especuladores. Ficou evidente a incapacidade dos mercados regularem a economia de maneira eficiente⁴. A discussão sobre a necessidade de regular as finanças globalizadas, no entanto, não prosperou, bloqueada pela ferrenha oposição dos bancos e dos fundos de investimento.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial desempenharam um papel secundário na crise. Inicialmente, defenderam a flexibilização das políticas liberais e aconselharam o relaxamento da liquidez e do gasto público. Porém, passado o pânico e salvo o capital financeiro, voltaram a defender a austeridade, fazendo coro aos clamores dos bancos, dos fundos de investimento, dos analistas da grande imprensa, dos governos conservadores e dos especuladores em geral, o que denota mais uma vez o quanto essas instituições estão submetidas aos interesses do capital financeiro e aos governos dos países centrais.

Uma das consequências da ação dos Estados no combate à crise foi a rápida deterioração das finanças públicas, como no caso de vários países da União Europeia. Esta questão assumiria o epicentro do repique da crise a partir de 2010, sobretudo nos países periféricos da zona do euro. A deterioração da situação fiscal e das contas externas desses países levou o capital financeiro, a União Europeia e as instituições multilaterais a imporem a eles severa política de austeridade fiscal, que aprofundou a crise.

O objetivo do presente capítulo é discutir o papel da política de austeridade, calcada sobretudo no equilíbrio fiscal, no agravamento da crise econômica na União Europeia (UE), que se estende até os dias de hoje e atinge em especial os países do Sul do continente. Além dessa introdução,

⁴ Logo após o estouro da crise “o governo americano disponibilizou US\$ 2,25 trilhões (sendo US\$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US\$ 500 bilhões para os depósitos nos fundos mútuos e US\$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos). O *Federal Reserve* (Fed) aumentou para US\$ 900 bilhões seus acordos e troca de moedas com quatorze bancos centrais para ampliar a liquidez em dólares nos mercados financeiros globais. Alemanha, França, Holanda, Espanha, Áustria, Portugal, Reino Unido e Suécia) e a Noruega, por sua vez, disponibilizaram US\$ 2,75 trilhões” (CINTRA; PRATES, 2011, p. 12).

o artigo está dividido em duas partes. Na primeira, busca-se situar a crise europeia no contexto da crise estrutural do capitalismo global. Na segunda, abordamos os impactos da crise na Europa e as políticas econômicas adotadas para enfrentar a situação e traçamos breves considerações finais.

2 A CRISE NO MERCADO IMOBILIÁRIO DOS EUA

O inchaço da esfera financeira data dos anos 1980, embora possamos rastrear a retomada do crescimento desta fração do capital desde a década de 1960. Depois da Grande Depressão e da Segunda Guerra, o capital financeiro, enfraquecido, esteve submetido aos objetivos de incrementar a acumulação e garantir o pleno emprego, o que refletia a correlação de forças entre o capital e o trabalho nos países centrais naquele momento. A expansão dessa fração ao longo do longo período de expansão 1945-1973 e a crise estrutural dos 1970, que reestruturou o capitalismo e abriu nova fase, denominada de globalização, criaram as condições para a hegemonia dessa fração do capital⁵.

A explosão da especulação a partir da década de 1980, viabilizada pela abertura das economias nacionais, pela desregulamentação financeira e pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação, indica as crescentes dificuldades de valorização do capital na esfera produtiva, particularmente para os capitais norte-americanos, japoneses e europeus, apesar da reestruturação do capitalismo ter levado os salários a crescer abaixo da produtividade e propiciado a recuperação das taxas de lucro⁶. A existência de crescente capacidade produtiva em escala global, em grande medida decorrência da abertura de novo espaço de acumulação de capital na Ásia, que também derivou da reestruturação do capitalismo⁷, inibe a acumulação no centro do sistema, dado os problemas de competitividade das economias dessa região, e estimula os capitais aí formados a buscarem valorizarem-se em outras regiões ou na esfera financeira.

⁵ Fugiria aos limites do presente texto aprofundar essa importante questão. Ver a respeito: Chesnais (1996; 2005; 2012), Brenner (2003; 2006), Harvey (2011) e Corsi (2002; 2006; 2009).

⁶ A busca da recuperação da taxa de lucro, cuja queda foi um dos fatores determinantes da crise de superprodução dos anos 1970, induziu a reestruturação do capitalismo. Sobre o comportamento da taxa de lucro ver Chesnais (2005) e Brenner (2003).

⁷ Sobre a ascensão do Leste asiático como novo polo de acumulação ver Corsi (2011).

Nestas circunstâncias, o domínio do capital financeiro limita o investimento⁸, o que reduz a demanda agregada, que também é afetada pelo lento crescimento dos salários. A expansão do mercado passou a depender cada vez mais do endividamento das famílias e do setor público. O endividamento tornou-se peça central do padrão de acumulação do capitalismo globalizado, sustentando, em grande medida, o seu crescimento. Mas o nível da acumulação tem se mostrado insuficiente para assegurar a valorização do capital na produção. Existe um crescente volume de capital fictício que para valorizar-se necessita inflar continuamente a especulação⁹. Não por acaso, o capitalismo global passou a depender de forma crescente de bolhas especulativas. Desde meados da década de 1980, observa-se uma sucessão de bolhas especulativas. A situação caminhou para uma crise estrutural quando estas bolhas estouraram no coração do capitalismo. O início desse processo foi o estouro da bolha com ações de empresas que compunham a chamada nova economia na National Association of Securities Dealers Automated Quotations (NASDAQ), em 2001. À época, parecia que o capitalismo estava diante de uma grande crise. As previsões pessimistas não se confirmaram naquele momento (BRENNER, 2006).

A resposta dada à crise de 2001 adiou esse desfecho. O governo dos EUA, que liderou o combate à crise, adotou uma política expansiva, pautada na redução dos juros, na ampliação do crédito, na expansão do gasto público e no corte dos impostos, com o objetivo de estimular o consumo e os investimentos. Aspecto importante dessa política foi a majoração dos gastos militares, que subiram 6% em 2001 e 10% no ano seguinte, o que contribuiu para o grande déficit de 450 bilhões de dólares em 2003 (BRENNER, 2006, p. 128-133).

⁸ O capital financeiro, segundo Chesnais (2005), sugaria capital da esfera produtiva para as aplicações financeiras, dificultando dessa maneira a retomada mais vigorosa dos investimentos, apesar das taxas de lucros terem se recuperado a partir de meados dos anos 1980 depois de tenderem a cair desde meados da década de 1960. Estaria aí a causa central do lento crescimento. Através do controle acionário, a burguesia, que teria se tornado uma classe rentista e que teria, portanto, passado a apresentar um comportamento patrimonialista, imporá uma “forma radical do direito de propriedade” que submeterá as empresas e os assalariados a lógica de rentabilidade do capital financeiro. A majoração dos dividendos e juros exigida pelo capital portador de juros resultaria na redução dos lucros retidos para financiar os investimentos e levaria a rejeição de projetos que não assegurassem as taxas requeridas pelos acionistas. A tendência a redução dos salários somada à queda dos investimentos levaria ao desempenho sofrível de boa parte da economia mundial (CHESNAIS, 2005, p. 50-58)

⁹ O capital fictício também cresce em virtude das reaplicações na esfera financeira do capital valorizado na especulação. Dessa forma, existe um mecanismo endógeno que expande sistematicamente o capital fictício.

As taxas de juros dos empréstimos hipotecários de longo prazo declinaram acentuadamente entre 2000 e 2003 (cerca de 40%) e caíram mais suavemente até 2006. O resultado dessa política foi o incremento da demanda e, por conseguinte, dos preços dos imóveis, com reflexos positivos para o conjunto da economia norte-americana. A elevação do valor do patrimônio dos proprietários de imóveis estimulou ainda mais o endividamento das famílias e, dessa maneira, alimentou a bolha especulativa. Nesse período, em torno de 85% dos empréstimos realizados pelas famílias referiam-se a hipotecas para a aquisição da casa própria. A recuperação da economia foi impulsionada pelo crescente endividamento das famílias, das empresas e do Estado e pela especulação imobiliária (BRENNER, 2006, p. 128-130; HARVEY, 2011).

O incremento da atividade econômica nos EUA estimulou por meio do aumento dos déficits comerciais¹⁰ o conjunto da economia mundial, em particular o Leste asiático, que a partir de sua relação simbiótica¹¹ com a economia norte-americana se firmou como um polo dinâmico de acumulação de capital, responsável, em parte, pela fase expansiva 2003-2007. O vigoroso crescimento chinês, estimulado em boa medida pelas exportações, elevou o consumo por commodities e, portanto, os preços das mesmas, que também subiram devido à especulação. Este desdobramento contribuiu para impulsionar a atividade econômica nos países exportadores de matérias-primas. Dessa forma, o crescimento se irradiou pela economia mundial, que cresceu, entre 2003 e 2007, 5,0% em média por ano (BELLUZZO, 2009).

A expansão imobiliária no EUA sustentava-se em imenso volume de emissão de títulos hipotecários. Quando da explosão da crise, estima-se o valor total desses títulos em 12 trilhões de dólares, sendo parte considerá-

¹⁰ Em 2006, o déficit comercial norte-americano atingiu a cifra de 6,2% do PIB (BRENNER, 2006).

¹¹ A crescente aplicação de reservas de vários países em títulos dos EUA, em especial por parte China, passou a desempenhar papel de grande relevância para o equilíbrio da economia mundial. A aplicação desses recursos nos EUA tornou-se importante para a sustentação do seu duplo déficit (o externo e o fiscal), do dólar e para manutenção das políticas econômicas expansivas. Também é importante para a sustentação da especulação financeira. Os países asiáticos superavitários ao financiarem os déficits norte-americanos respondem aos seus interesses. Permitem aos EUA manter políticas monetárias e creditícias expansionistas, que impulsionam a economia norte-americana e o seu elevado déficit externo. Dessa maneira, promovem as suas próprias exportações e produção ao financiarem o excesso de consumo norte-americano. Paralelamente, mantêm suas moedas desvalorizadas em relação ao dólar. Essas relações, segundo Belluzzo (2005), denotam a simbiose existente entre as economias asiáticas e a norte-americana. No entanto, essa simbiose possui fundamentos frágeis, pois esse esquema de financiamento solapa o setor produtivo norte-americano e enfraquece o dólar (BELLUZZO, 2005; CORSI, 2011).

vel desse montante constituída de títulos subprime¹² (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008). Para fugir do risco e obter mais recursos para alimentar o processo especulativo por meio de novos financiamentos imobiliários, os bancos e as instituições de crédito imobiliário norte-americanas venderam esses títulos em mercados secundários e os tomaram como base para o lançamento de diferentes tipos de outros títulos (credit default swaps e vários tipos de produtos estruturados), que foram por sua vez vendidos para bancos e fundos de investimentos espalhados pelo mundo. Ou seja, disseminou-se a prática de transformar e vender títulos emitidos em um mercado primário e créditos bancários, entre eles os hipotecários, em títulos negociáveis em mercados secundários. Este processo constituiu uma rede de especulação com base em títulos lastreados em hipotecas, muitas das quais de solvência duvidosa. Este fato elevava o risco de grande parte do sistema financeiro em escala mundial. Os problemas começaram a aparecer 2006, dado os altos índices de inadimplência. (BELLUZZO, 2009; CHESNAIS, 2005, 2012; CORSI, 2009 ; HARVEY, 2011).

A situação deteriorou-se devido à elevação dos juros em 2006 em decorrência das pressões inflacionárias e da tentativa por parte do FED de desarmar a bolha especulativa. A elevação dos juros aumentou a inadimplência, que atingiu, em 2007, 2 milhões de famílias. Neste contexto, a demanda por imóveis retraiu-se, determinando a queda do preço das residências, que também foi alimentada pela recolocação dos imóveis retomados pelas execuções hipotecárias no mercado, apesar da forte retração da atividade no setor da construção civil. A elevação da inadimplência fragilizou as instituições financiadoras da expansão imobiliária e toda a rede de especulação formada a partir dessas operações de financiamento, dado que essas instituições tinham vendido boa parte dos seus títulos lastreados em hipotecas para se financiarem em escala mundial. Este processo foi potenciado pela existência de outras bolhas imobiliárias na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda (HARVEY, 2011, p. 9-12).

¹² O subprime é um tipo de financiamento no qual o tomador de crédito não oferece garantias que lhe permita usufruir de taxas de juros mais baixas (prime rate). Bastante utilizado na concessão de empréstimos imobiliários nos EUA, sendo que o imóvel financiado torna-se a garantia do financiamento. Portanto, os títulos emitidos pelas instituições de financiamento imobiliário nestas condições apresentavam risco alto de inadimplência, embora a entidade provedora do crédito contar com a garantia, o próprio ativo, que revendido no mercado poderia gerar lucros.

A rápida ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos e de alguns países emergentes, que garantiram os depósitos e injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez, salvou o capital da debacle financeira¹³ (BELLUZZO, 2009; HARVEY, 2011). Mas o enorme volume de ativos tóxicos nas carteiras de inúmeros bancos, fundos de investimento e companhias de seguros espalhou a crise.

3 A CRISE NA ZONA DO EURO

As economias que compõem a União Europeia, impactadas pela quebra da cadeia especulativa centrada nos EUA, mergulharam na crise, recuaram 4,4%, em 2009. Entretanto, no segundo semestre desse ano, a situação mundial parecia que iria melhorar, pois as economias dos EUA, da Alemanha, da França e do Japão apresentaram alguns sinais de retomada e a China apresentou um crescimento significativo no 4º trimestre (CORSI, 2011, p. 57 ; FMI, 2010). Entretanto, em novembro, estourou a crise na Grécia, que tinha graves problemas de financiamento de sua dívida pública e de suas contas externas¹⁴. Portugal, Irlanda, Espanha e Itália também enfrentavam problemas de financiamento público e externo (FMI, 2011)¹⁵ As fragilidades do euro ficaram expostas.

Neste quadro, a Grécia, no início do ano seguinte, enfrentou um ataque especulativo, com fuga de capitais e disparada das taxas juros sobre os títulos de sua dívida. Para evitar a insolvência, que poderia alastra-se para outros países em dificuldades, a Alemanha e a França lançaram um plano de resgate, que culminou com a reestruturação da dívida pública grega em outubro de 2011. Isto era vital para os interesses financeiros, pois

¹³ Apesar da queima de trilhões de dólares de capital fictício na forma de desvalorização de ações e títulos a crise não foi superada, pois Harvey (2011, p. 26) estima o montante de capitais circulando na especulação financeira nos mercados globais em 600 trilhões de dólares em 2008 para um PIB mundial da ordem de 50 trilhões. A queima desse excesso de capital fictício e de capital constante, expresso no excesso de capacidade ociosa global, são fundamentais para a superação da crise, que tende a se arrastar devido a lentidão ou a insuficiência da destruição do capital que encontra dificuldade em valorizar-se a taxa considerada normal de lucro. Isto ajuda a explicar as dificuldades das medidas expansivas reanimar a economia mundial.

¹⁴ A dívida pública grega equivalia a 115,1% do PIB e o déficit fiscal 13,6%. O déficit em conta corrente era de 11,2% do PIB www.datosmacro.com.

¹⁵ Em 2009, o déficit da Espanha de era de 11,10% do PIB, o da Irlanda de 13,70% e o de Portugal 9,80% do PIB. Situação que não diferia da do Reino Unido, com um déficit público de 13% do PIB, e da dos EUA, com um déficit de 10,6% do PIB. A Itália estava em situação um pouco melhor, com um déficit de 5,5% do PIB (FMI, 2011), www.datosmacro.com.

52% da dívida grega estavam nas mãos de bancos franceses, 30% na de bancos alemães, 10% ingleses e 8% na dos holandeses. Em troca de um pacote de ajuda financeira, a Grécia assumiu dura política de estabilização, o que representou uma intervenção da União Europeia na sua economia (FORMENTO; MERINO, 2011, p. 112).

A deterioração da situação grega contagiou a Irlanda, a Espanha, a Itália e Portugal. O risco de uma onda de falência de bancos europeus era grande, pois o volume de títulos desses países nas carteiras dos bancos franceses, alemães, holandeses e ingleses era bastante elevado¹⁶. Analistas estimavam que a exposição dos bancos europeus naquele momento em de cerca de 2 trilhões de dólares. Para os interesses financeiros tratava-se de garantir a qualquer custo o pagamento dos títulos das dívidas desses países. (FORMENTO; MERINO, 2011, p. 112-122).

A deterioração da situação fiscal dos países da zona do euro resultou, em grande medida, dos esforços dos Estados para salvarem o capital financeiro e das tentativas para estancar a própria crise. A expansão do gasto público foi o pilar central da política anticrise desses países, já que tinham perdido o controle da política monetária. Esta estava a cargo do Banco Central Europeu (BCE), que passou injetar liquidez na economia e reduzir a taxa de juros, embora de maneira menos agressiva que o Federal Reserve (FED). Entretanto, passado o momento crítico, a ortodoxia contra-atacou e pressionou pelo aumento dos juros e pela contenção dos gastos públicos. O BCE começou a aumentar os juros no começo de 2011, não obstante a ausência de pressões inflacionárias e o baixo desempenho da economia. Em um contexto de piora da crise, esta política foi relaxada quando Mario Draghi assumiu a presidência do BCE, em fins de 2011, substituindo Jean-Claude Trichet, que acreditava que uma política austera seria fundamental para recuperar a confiança dos investidores e assim criar as condições para a retomada do crescimento (KRUGMAN, 2012, p. 175-179).

O discurso ortodoxo atribui a deterioração da situação fiscal e das contas externas às políticas fiscais, monetárias e salariais irresponsáveis adotadas a partir de 2000, que estimularam o consumo e as bolhas imobili-

¹⁶ Os bancos franceses e alemães foram responsáveis por 71% do dinheiro emprestado aos chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália e Grécia) e os ingleses por cerca de 15%. (FORMENTO; MERINO, 2011, p. 112-122).

liárias¹⁷. Diante desse quadro, os ortodoxos defendem a adoção de rígidas políticas de austeridade fiscal, monetária, creditícia e salarial e corte nos gastos sociais. Esta seria a maneira mais eficaz de estabilizar a economia e retomar a confiança dos investidores, condições necessárias para a retomada do crescimento e redução das altas taxas de desemprego. Os países da periferia europeia, segundo essa visão, na fase de expansão do ciclo adotaram políticas expansivas que permitiram um nível de consumo insustentável. A crise obrigaria esses países fazer os duros ajustes necessários para retomar o crescimento econômico com estabilidade.

Contudo, antes da crise as contas públicas não estavam fora de controle como asseveram muitos neoliberais. Observava-se esforços de convergências aos parâmetros estabelecidos pela União Europeia¹⁸, apesar de poucos países terem atingido os níveis estabelecidos para o déficit público, a relação dívida/PIB e a inflação. As dificuldades de convergência se deviam não só a rigidez dos parâmetros, mas também aos desequilíbrios estruturais da zona do euro.

Este esforço de convergência pode ser observado no gráfico 1. Entre 1995 e 2000, os países em pauta fizeram um esforço para alcançarem os parâmetros estabelecidos como critério para ingressar na zona do euro. Verifica-se uma piora da situação a partir de 2001 até 2004, mas o teto de 3% não foi ultrapassado. Depois dessa última data, os déficits diminuíram, ficando abaixo de 3%. A situação voltou a deteriorar-se com

¹⁷ Segundo Bagus (2012, p. 20-22): “Durante o início dos anos 2000, uma política monetária expansionista reduziu artificialmente a taxa de juros. Empreendedores deram início ao financiamento de projetos que pareciam lucrativos somente por causa dos juros artificialmente reduzidos; a realidade, no entanto, é que não havia e nem nunca houve poupança real para sustenta-los. A consequência desta expansão monetária e do crédito foi o surgimento de bolhas imobiliárias e uma explosão sem precedentes do consumo nos países da periferia [...] O euro surgiu tendo como suporte uma implícita garantia de socorro. Os participantes do mercado sabiam que os governos mais fortes iriam socorrer os governos mais fracos como intuito de salvar o projeto político do euro caso o pior ocorresse. Sendo assim, por causa desta garantia, as taxas de juros que os governos da Itália, da Espanha, de Portugal e da Grécia tinham de pagar sobre suas dívidas caíram drasticamente quando estes países foram admitidos ao euro. As baixas taxas de juros deram a estes países um espaço adicional para incorrerem em mais gastos e, por conseguinte mais déficit [...] Até o início da crise da dívida soberana, a conta estava sendo paga por meio da redistribuição monetária interna criada pelo arranjo institucional do sistema do euro. Os principais contribuintes líquidos eram os cidadãos dos países mas fiscalmente sólidos, como a Alemanha [...] Os pacotes de socorro à Grécia, à Irlanda e à Portugal apenas tornaram este processo de transferência de riqueza mais explícito. Os incentivos que sempre existiram para se socorrer governos irresponsáveis estão hoje óbvios para todos. Mas os alemães não mais querem continuar pagando as contas da periferia”.

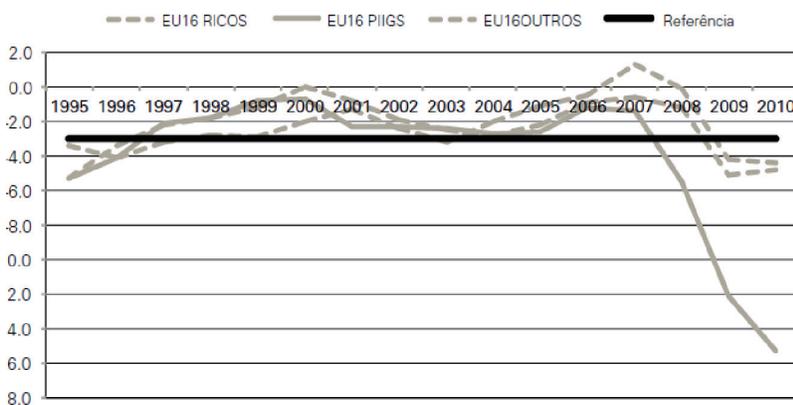
¹⁸ O tratado de Maastrich (1992) e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997) estabeleciam um teto de 3% do PIB para o déficit público e 60% do PIB para a dívida pública. A inflação não poderia ser 1,5% maior que a média dos três países que apresentasse menor inflação, da mesma maneira a taxa de juros não poderia ser superior a 2% da taxa média desses países com menor inflação (DINIZ; JAYME, 2013, p. 23).

a eclosão da crise em 2007. Os déficits públicos dos PIIGS dispararam e dos demais países também pioram, se estabilizando a partir de 2009, mas num patamar superior ao teto. Foi o socorro ao sistema financeiro e a tentativa de defender o nível de atividade econômica que explicam a disparada dos gastos públicos. Com a crise caiu a arrecadação e os juros para rolar a dívida subiram, o que tornou a situação bem mais difícil. Salvo o setor financeiro do colapso, as políticas passaram a pautarem-se novamente pela austeridade fiscal, com o objetivo de trazer os déficits para as metas estabelecidas. Apesar do enorme esforço para contrair os gastos públicos, o déficit da zona do euro só voltaria ao teto em 2013, depois de situar-se 3,7% no ano anterior, mas os países mais atingidos pela crise continuam a apresentar elevados déficits¹⁹.

A dívida pública nos anos que antecederam a crise também vinha convergindo para a meta de 60% do PIB. A dívida pública dos PIIGS, em 1999, estava no patamar de 85% do PIB. A dívida caiu para 75% do PIB, em 2007, sendo que a dívida pública do conjunto da zona do euro, neste ano, representava 66% do PIB da zona do euro. As medidas voltadas para enfrentar a crise fizeram a dívida desses países disparar, atingindo 83,6% em 2010 e 92,6% em 2013 (CHESNAIS, 2012, p. 96; KRUGMAN, 2012, p. 164; BEM, 2013, p. 102)²⁰.

¹⁹ Em 2013, o déficit público de Portugal foi de 4,90% do PIB, o da Espanha de 7,10%, o da Grécia de 12,70% e o da Irlanda 7,0%. A Itália conseguiu alcançar a meta e seu déficit foi de 3,0% do PIB (www.datosmacro.com).

²⁰ A dívida pública da Itália em relação ao PIB saltou de 103,30% para 132,6%, entre 2007 e 2013. Para Portugal, no mesmo período, os números são os seguintes: 68,40% e 129%. Na Espanha o crescimento foi também acentuado, a dívida pulou de 36% do PIB para 93,90%. Na Grécia, em 2013, a dívida pública correspondia a 175,10% do PIB, enquanto que em 2007 era de 107,40%. O crescimento mais espetacular foi o da Irlanda, cuja dívida pública saltou de 24,90%, em 2007, para 123,70% do PIB, em 2013 (www.datosmacro.com).

Gráfico 1 Déficit Público em relação ao PIB²¹

Fonte: Diniz e Jayme Júnior (2013, p. 26).

A crise mundial trouxe à tona os problemas estruturais que estão na raiz das dificuldades enfrentadas pela União Europeia. A adoção de uma mesma moeda e de um mercado comum para países com grandes diferenças de desenvolvimento favoreceu, em grande parte, os interesses do capital financeiro e das grandes empresas dos países mais desenvolvidos. Desde o início da formação da zona do euro encontramos, de um lado, países superavitários, como a Alemanha, e, de outro lado, deficitários, como Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda. Entre 1995 e 1999, estes últimos países, apresentaram uma tendência de superávit nas transações correntes, equivalente a 1,8% do PIB em média no período. Entre 2000 e 2007, os déficits foram recorrentes, cerca de 2% do PIB. Em 2010, o déficit em transações correntes desses países equivalia 5,53% de seus PIBs. Dessa forma, a dependência dos PIIGS em relação a importação de capitais tendeu a aumentar persistentemente (BEM, 2013, p. 102; DINIZ; JAYME JÚNIOR, 2013, p. 27).

Isto deveu-se a uma série de fatores, dentre os quais destacam-se os seguintes. O nível de produtividade do trabalho nos PIIGS era historicamente menor do que na Alemanha e em outros países do norte da Europa. Quando da criação do euro, estabeleceu-se uma taxa de câmbio

²¹ Alemanha, França, Áustria, Bélgica, e Holanda compõem grupo denominado “EU16 ricos”. Itália, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda o “EU16piigs”.

em um nível desvalorizado em relação ao marco e valorizado em relação as outras moedas, o que representou para a Alemanha uma desvalorização e uma valorização da moeda para os demais países. Enquanto os salários na Alemanha, entre 1999 e 2009, subiram 9%, no Sul da Europa subiram 35%. Somam-se a esses fatores a acirrada concorrência na economia mundial, particularmente devido à crescente competitividade da China e de outros países asiáticos, e a elevação dos preços das commodities durante a fase expansiva da economia mundial, que também pressionavam os custos para cima (BEM, 2013, p. 103; KRUGMAN, 2012, p. 161).

O resultado foi a perda de competitividade das economias do Sul da Europa. Isto dificultava as exportações e favorecia as importações. Por não terem mais moeda própria os países que perderem competitividade não puderam fazer uso da desvalorização para compensar suas deficiências. A política ortodoxa seguida pela União Europeia dificulta a desvalorização do euro, que poderia aliviar a situação desses países. A França, a Holanda e principalmente a Alemanha, beneficiaram-se amplamente desse processo, pois passaram a ter um amplo mercado à sua disposição. A moeda forte também proporcionou um boom de consumo, um crescimento dos investimentos em infraestrutura e de investimentos de empresas fora da Europa. Estes processos foram financiados pelo aumento do endividamento externo, sobretudo junto às redes financeiras franco/alemãs. A moeda única propiciou uma rápida convergência das taxas de juros. A desregulamentação e o desaparecimento do risco cambial incentivaram a diversificação das aplicações financeiras dentro da zona do euro, o que resultou em largo fluxo de capitais para a periferia da zona do euro. Essa situação de dependência de recursos externos foi agudizada pela crise aberta em 2007 (CHESNAIS, 2012; KRUGMAN, 2012; BEM, 2013; DINIZ; JAYME JÚNIOR, 2013).

Ao mesmo tempo, as grandes corporações europeias buscaram ampliar a presença nas economias periféricas da Europa, controlando empresas estratégicas nos setores bancário, industrial e de serviços. Observa-se o aprofundamento do processo de centralização de capitais, liderado pelos blocos de capitais alemães, em particular nos setores de bens de capitais e no desenvolvimento de tecnologia. Esses processos reduziram a autonomia e a capacidade de reação da periferia europeia (FORMENTO; MERINO, 2011). O enfraquecimento dessas economias amplia as oportunidades

para os capitais dos países mais desenvolvidos absorverem empresas públicas e privadas das regiões em crise, incrementando o processo que Harvey (2005) denominou de acumulação por despossessão.

Diante dessa situação de crise e de risco de colapso do euro, os grandes bancos e fundos de investimento e os governos da Alemanha e da França, que em grande medida ditam a política econômica da zona do euro, para preservarem seus interesses adotaram políticas de austeridade como estratégia de enfrentamento da crise. Esta política implica na redução da autonomia dos países membros. De modo geral, essa estratégia está baseada em dois pilares, quais sejam: 1- promoção do equilíbrio fiscal e nas contas externas por meio de políticas recessivas (corte do gasto público, reforma no sistema previdenciário, flexibilização da legislação trabalhista e corte nos salários); 2-ajuda financeira e renegociação parcial das dívidas com o objetivo de garantir o fluxo de pagamento das dívidas, evitar o colapso e deter a propagação da crise. Para dar suporte a essas operações, foi instituído, em maio de 2010, um fundo de 750 bilhões de euros, ampliado posteriormente para 1 trilhão²². O recrudescimento da crise obrigou o BCE a reduzir drasticamente as taxas de juros, que hoje são negativas, e a ampliar a compra de títulos públicos e privados, relaxando a política monetária. Este afrouxamento da política monetária indica uma flexibilização da política de austeridade.

O objetivo imediato da política de austeridade ao buscar estabilizar o déficit público e a relação entre a dívida pública e o PIB é garantir o pagamento das dívidas, através do aumento da poupança interna e dos aportes externos de capital, e preservar o valor das aplicações financeiras e dos investimentos. Os problemas de competitividade seriam resolvidos, em grande medida, por um brutal arrocho dos salários e corte nos gastos sociais. Dessa maneira, não seria preciso desvalorizar a moeda e nem adotar políticas inflacionistas, que prejudicariam os interesses do capital financeiro. Os resultados esperados seriam recuperação da competitividade e da confiança do capital financeiro. Isto permitiria a melhora das condições de financiamento, reduzindo as taxas de juros dos títulos das dívidas, o que aconteceu parcialmente. Os defensores dessa política consideram que seria possível, paulatinamente,

²² O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) foi criado em junho de 2010 com o objetivo de socorrer os países da zona do euro em dificuldades financeiras. O Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) entrou em vigor em outubro de 2012. Seu objetivo é melhorar a coordenação das políticas econômicas.

incrementar a competitividade e a poupança interna, além de garantir o retorno dos fluxos de capital. Com isso seria factível retomar os investimentos e, portanto, aumentar o emprego, incrementar a produtividade do trabalho, ampliar a produção e elevar as exportações. Dessa forma, seria possível reduzir os desequilíbrios estruturais da zona do euro.

Essa estratégia penaliza duramente os trabalhadores, pois implica no incremento do desemprego, na redução dos salários, na precarização das condições de trabalho, na redução dos gastos sociais e na queda das aposentadorias, o que vem acontecendo em quase todos os países da zona do euro, mas sobretudo na sua periferia. A incapacidade dos movimentos sociais de resistir a essas políticas, pelo menos até o momento, tem possibilitado, como já assinalamos, as forças conservadoras conduzir a saída da crise. Passado o pânico, a direita retomou a iniciativa política, como fica evidente na adoção em todos os países da periferia da zona do euro das políticas de austeridade.

Contudo, essa estratégia apresenta profundas contradições. A drástica política de cortes de gastos públicos e o arrocho dos salários e das aposentadorias reduzem o consumo, a produção e o emprego e, portanto, a demanda agregada. A queda da atividade econômica inibe os investimentos, o que reforça e propaga a contração da economia. Dessa forma, essa política contribui para o aprofundamento da crise e não para sua superação. Além disso, a receita pública declina devido ao menor nível de atividade econômica, o que não permite o saneamento das finanças públicas em um período razoável. Isto fica claro na continua deterioração fiscal da Grécia, o que torna as dívidas impagáveis.

As políticas monetária e creditícia expansivas, com taxas de juros negativas, que poderiam promover a recuperação, têm tido, até o momento, efeitos reduzidos em virtude da saída de capitais em busca de melhor remuneração em outras regiões do mundo e devido a existência de níveis consideráveis de capacidade produtiva ociosa. Isto e a demanda fraca bloqueiam os investimentos. Ou seja, a recuperação dos investimentos necessários à retomada do crescimento sustentável e à redução dos diferenciais de produtividade entre os países da zona do euro não está garantida, pois as empresas tendem a não investir em países mergulhados em crises. A redução dos salários e dos gastos sociais não parece ser suficiente para os

países mais afetados recuperarem a competitividade. Apesar da fraqueza do movimento sindical, não parece existir espaço para baixar os salários ao ponto de tornar competitiva essas economias. Para tanto, seria necessária severa deflação, o que implicaria aprofundar ainda mais a crise. Além disso, esse processo de incremento da produtividade sistêmica exige largo prazo de maturação.

Essa política também contribui para o prolongamento da crise ao dificultar a queima do excesso de capital fictício, pois busca preservar os interesses e a valorização desse capital. Embora deprima a atividade econômica, não destrói o capital constante excessivo que se concentra sobretudo no Leste asiático. As economias dessa região não param de crescer e de conquistar fatias adicionais no mercado mundial, acirrando cada vez mais a concorrência intercapitalista. Processo que tende a prejudicar, entre outras economias, as da periferia da zona do euro, que apresentam problemas de competitividade e possuem moeda valorizada. O PIB da zona do euro, que tinha caído 4,4%, em 2009, e subido 2,0%, em 2010, e 1,6%, em 2011, voltou a recuar 0,7%, em 2012, e 0,4%, em 2013. Irlanda, Itália, Espanha, Grécia e Portugal vivem uma situação de crise quase que permanente.²³ O nível da dívida Pública nestes países, como indicamos acima, continua altíssimo. O desemprego, que manteve-se em média 7,3%, entre 2000 e 2007, na zona do euro saltou para 11,5% em julho de 2014, sendo de 23,3% para os jovens com menos de 25 anos. Na Grécia, a taxa de desemprego, que em 2001 era de 10,7%, saltou para 17,7%, em 2011, atingindo, em julho de 2014, 27,3%. Na Espanha o desemprego saltou de 10,3% em 2001 para 24,5% em julho 2014. A reduzida inflação, que desde outubro do ano passado situa-se abaixo de 1%, enquanto a meta do BCE é de 2%, indica a fraqueza da economia da zona do euro, os sinais de recuperação ainda são muito débeis. Depois de 4 anos de políticas de austeridade, a tendência a deterioração da situação econômica é nítida, o que indica que essas políticas são ineficazes para debelar a crise.

Esses problemas não abalam a convicção dos defensores da austeridade, em particular o governo alemão. A Alemanha adota desde pelo menos os anos 1990 a política de austeridade, com salários crescendo sis-

²³ Entre 2008 e 2013, o PIB italiano retraiu-se 8,9%, o espanhol 5,8%, o irlandês 6,6%, o português 9,3% e o grego 26,2%. Resultado bastante negativos, que indicam a ineficácia da política de austeridade.

tematicamente abaixo da produtividade e reduzidos índices de inflação²⁴. Isto, associado sobretudo a investimentos em tecnologia e infraestrutura, conferiu a economia alemã alto grau de competitividade, sem a necessidade de desvalorizar a moeda. As exportações são o grande motor dessa economia e seu principal mercado é a União Europeia. Além disso, a Alemanha especializou-se em setores que não competem frontalmente com as economias asiáticas, sobretudo com a China. Entre 1990 e 2008, as exportações passaram de 32% do PIB para 47%, não obstante a valorização da moeda, o que sugere a força da estratégia alemã baseada em poupança, arrocho dos salários, investimento, produção, exportação e superávit. Entre 2000 e 2008, o grau de abertura da economia alemã saltou de 55% para 72%. Boa parte desse crescimento foi obtido pelo avanço alemão na União Europeia. O comércio regional absorve mais de 60% de suas exportações (BRENNER, 2003; FORMENTO; MERINO, 2011; CHESNAIS, 2012; BEM, 2013; DINIZ; JAYME JÚNIOR, 2013).

A defesa por parte do governo alemão da austeridade como a única saída para a crise pode parecer paradoxal, pois a disseminação do padrão alemão de acumulação fecharia um dos espaços mais importantes de seu crescimento, o que indicaria, mais uma vez, as contradições da política de austeridade como estratégia de desenvolvimento. Contudo, posição superavitária, moeda forte e alto grau de competitividade não pode ser para todos países da União Europeia. No atual contexto, a adoção dessa estratégia por parte dos países da periferia europeia, pelas razões apontadas acima, não gerará prosperidade, mas sim o aprofundamento do fosso que separa essas economias das mais desenvolvidas, contribuindo para consolidar a existência de uma periferia cada vez mais dependente e importante para a valorização do capital financeiro e das grandes empresas. Ou seja, esta estratégia busca garantir a União Europeia como espaço privilegiado de valorização do capital dos blocos financeiros articulados sobretudo ao Estado alemão, além de propiciar maior autonomia e projeção para a Alemanha em uma economia global marcada por forte concorrência a intercapitalista.

A crise da União Europeia também está imbricada na acirrada luta pela hegemonia mundial entre os diferentes blocos imperialistas de um mundo multipolar que está se formando com a decadência dos EUA.

²⁴ Ver a respeito Brenner (2003).

De um lado, os blocos de capitais financeiros anglo-americanos e os EUA e, de outro, o novo polo de acumulação na Ásia, liderado pela China, que colocou em segundo plano a economia japonesa, que está articulada ao bloco anglo-americano²⁵. Soma-se a isso o ressurgimento da Rússia no cenário internacional. Uma base forte de acumulação na Europa seria a forma de garantir espaço no novo contexto internacional, por isso a defesa intransigente da austeridade e de um maior controle dos países da zona do euro. Isto parece particularmente importante para a Alemanha. País cuja economia depende, em boa medida, das exportações, mas essa não parece ser uma saída para a periferia europeia.

REFERÊNCIAS

AMIN, S. El mundo visto desde el sur. [mar. 2012]. Entrevistador: Irene León. Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/temas-principales/formacion-educacion-y-comunicacion/972-entrevista-con-samir-amin-el-mundo-visito-desde-el-sur>>.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAGUS, P. *A tragédia do euro*. Campinas: Vide Editorial, 2012.

BELLUZZO, L. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 224-232, jul./set. 2005.

BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: UNESP, 2009.

BEM, A. P. As dificuldades de recuperação da Zona do Euro frente às amarras institucionais e a estratégia alemã. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 95-108, 2013.

BLACKBURN, R. La crisis de las hipotecas subprime. *New Left Review*, Madrid, v. 50, p. 53-95, maio/jun. 2008.

BRENNER, R. Novo boom ou nova bolha?: a trajetória da economia norteamericana. In: SADER, E. (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006.

²⁵ Desde os anos 1980, os países do Leste Asiático apresentam altas taxas de crescimento, contrastando com o baixo crescimento do núcleo do sistema e de vastas outras áreas da periferia. A crise parece aprofundar a reconfiguração espacial do capitalismo desencadeada na chamada fase de mundialização do capital, com o aparecimento de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste Asiático, que questiona a supremacia dos países desenvolvidos e aprofunda a luta pela hegemonia

- BRENNER, R. *O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CINTRA, M. A. M. A exuberante liquidez global. *Economia Política Global: análise estratégica*, Campinas, n. 5, p. 17-26, abr./jun. 2005.
- CINTRA, M.; PRATES, D. M. Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (Org.). *Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2011.
- CORSI, F. L. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 14-31, 2002.
- CORSI, F. L. Capitalismo global: crise, bolhas especulativas e periferia. In: TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. (Org.). *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Maringá: Praxis; Massoni, 2008.
- CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (Org.). *Trabalho e educação: contradição do capitalismo global*. Maringá: Praxis, 2006.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. *As dívidas ilegítimas*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.
- CHESNAIS, F. Rumo a uma mudança total nos parâmetros econômicos mundiais e dos enfrentamentos políticos e sociais. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 7-32, maio 1998.
- DINIZ, A. S.; JAYME JÚNIOR, F. G. Competitividade e restrição externa na Zona do Euro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 14-40, jan./mar. 2013.
- DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios. *Le Monde Diplomatique*, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=228>>. Acesso em: 11 fev. 2011.
- FORMENTO, W.; MERINO, G. *Crisis financiera global: la lucha por la configuración del orden mundial*. Buenos Aires: Continente, 2011.
- FUMGALLI, A.; MEZZADRA, S. (Org.). *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. *Perspectivas de la economía mundial*. Washington, DC, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2012/01/pdf/texts.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

JENKINS, R. El ‘efecto China’ en los precios de los productos básicos e en el valor de las exportaciones de América Latina. *Revista da CEPAL*, Santiago, n. 103, p. 77-93, abr. 2011.

KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KRUGMAN, P. *Um basta a depressão econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

STIGLITZ, J. *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. (Org.). *China e América Latina num contexto de crise*. São Paulo: LCTE, 2011.

TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. Crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global. In: FIGARI, C.; ALVES, G. A P. (Org.). *La precarización del trabajo en América Latina*. Bauru: Praxis; Canal 6, 2009.

WOLF, M. *A reconstrução do sistema financeiro global*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.